

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Graduação em Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

Ensino de história e a história cultural:

Contemplação da temática na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental anos finais – terceira versão 2016

Karina Gonçalves Cardozo

Pelotas – 2018

Karina Gonçalves Cardozo

Ensino de história e a história cultural:

Contemplação da temática na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental anos finais – terceira versão 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Lisiane Sias Manke

Pelotas - 2018

Agradecimentos

O caminho trilhado durante uma graduação pode ser árduo e cansativo, por muitas vezes podemos desanimar diante das dificuldades no caminho que percorremos para nos tornarmos bons profissionais, entretanto são às pessoas que não podemos deixar de agradecer que devemos dedicar esse trabalho acadêmico, pois sem o apoio delas nada disso seria possível.

Agradeço à Deus por ter me concedido tantas bençãos, entre elas estar concluindo essa etapa, a Graduação em História Licenciatura.

A minha família que sempre demonstrou seu orgulho pelas minhas conquistas, em especial aos meus pais Nisleine e César, por dedicarem suas vidas para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, auxílio em casa e que sempre me incentivaram a alçar voos maiores e mais desafiadores, pois acreditavam em mim e na minha capacidade.

Aos meus queridos amigos, pois sem o apoio e companheirismo eu jamais teria chegado até aqui. Agradeço a todos vocês, pois não poderei citar o nome de todos, a dedicação à nossa amizade, por todo o incentivo e ajuda que recebi, pelos conselhos e por sempre estarem dispostos a me ouvirem, vocês são inestimáveis em minha vida.

Por fim agradeço à Instituição, aos funcionários, ao colegiado de história sempre muito solícito, aos professores do Instituto de Ciências Humanas da UFPel e em especial à minha orientadora Lisiane Sias Manke, por não desistir das minhas ideias, por me compreender e não medir esforços para me auxiliar nesse trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e conclusão dessa pesquisa, deixo o meu muito obrigado.

RESUMO

Nesse trabalho iremos tratar da Base referente ao Ensino Fundamental, mais especificamente voltado aos anos finais, compreendidos entre o sexto e o nono ano, referentes à disciplina de história. O seguinte trabalho tem como objetivo, através da análise do documento da Base Nacional Comum Curricular, na disciplina de história, anos finais do ensino fundamental na terceira versão do documento, discutir sobre a ausência de abordagens que envolvam a História Cultural, assim como problematizar a importância dessa temática para o ensino de história. A BNCC é um documento que começou a ser elaborado em 2015, entretanto, vários documentos anteriores em relação a legislação da educação apontavam uma intencionalidade na formulação de algo como a BNCC. A BNCC tem o objetivo de orientar as escolas em todo o Brasil em níveis municipais, estaduais e federais, assim como as particulares, norteando seus currículos da educação infantil aos anos finais do ensino fundamental, indicando os assuntos a serem estudados, competências gerais e específicas a serem desenvolvidas e habilidades. Em 20 de dezembro de 2017 a BNCC foi homologada pelo Ministro da Educação e tem previsão de entrar em vigor apenas um ano depois da data da homologação.

Palavras-chave: BNCC. História. Cultura. Ensino. Base.

ABSTRACT

In that work we will treat of the Base regarding the Fundamental Teaching, more specifically returned to the final years, between the sixth and the ninth year, regarding the history subject. The following work has as objective, through the analysis of the document of the Common National Base Curriculum, in the history subject, final years of the fundamental teaching in the third version of the document, to discuss on the absence of approaches that involve the Cultural History, as well as problematizing the importance of that theme for the history teaching. BNCC is a document that began to be elaborated in 2015, however, several previous documents in relation to legislation of the education pointed an intentionality in the formulation of something like BNCC. The document has the objective of guiding the schools throughout Brazil in levels municipal, state and federal, as well as the private ones, orientating their curriculum of the infantile education until middle school, indicating the subjects to be studied, general and specific competences the they be developed and abilities. On December 20, 2017 BNCC was ratified by the Minister of the Education and he just has forecast of entering in energy one year after the date of the approval.

Keywords: BNCC. History. Culture. Teaching. Base.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	10
2. HISTÓRIA CULTURAL NA BNCC E ENSINO DE HISTÓRIA.....	22
CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

INTRODUÇÃO

No ano de 2017, após um longo processo de elaboração, estudos e consultas à comunidade acadêmica e à população em geral, através de reuniões com convidados escolhidos pelo MEC, como a Associação Nacional de Professores de História (ANPUH), foi publicada a terceira e última versão do documento que foi nomeado como Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Base é um documento que tem a intenção de guiar os currículos das escolas públicas e privadas, abrangendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, contendo orientações como o que é essencial à educação dos alunos, como conteúdo, habilidades e competências referentes a cada ano na escola. Além de algumas orientações, a Base contém “direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da educação básica” (MEC, BNCC. Brasília, 2016. Página 5) e de certa forma, foi elaborada baseada em documentos anteriormente já existentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais. A Base se torna obrigatória através das leis: Lei nº 12.796, de 2013¹, Lei nº 13.415, de 2017² que tornam obrigatória a sua implementação nas escolas. Dessa forma, a BNCC passa a contemplar os currículos nos âmbitos municipais, estaduais e federais, servindo como uma orientação aos currículos de cada escola, contendo o material,

¹ BRASIL, Lei nº 12.796, 4 de abril de 2013. Lei que faz alterações na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 4 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm> Acesso em: 20 de janeiro de 2018

² BRASIL, Lei nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>> Acesso em: 25 de janeiro de 2018

interpretado pelo Ministério da Educação, como básico necessário para os alunos do ensino fundamental em qualquer parte do Brasil.

A partir da divulgação das primeiras versões da Base, ocorreram eventos como audiências nas cinco regiões do Brasil, com a finalidade de receber contribuições da sociedade e dos profissionais daquela região na elaboração e aprovação desse documento; as audiências também foram transmitidas ao vivo pela internet através do canal Futura para facilitar o acesso e estimular a participação da sociedade. Em agosto de 2017 foi realizada a terceira audiência das cinco planejadas, em Florianópolis, a fim de debater o conteúdo da Base e durante o evento foram distribuídos panfletos, para informar melhor as pessoas sobre o conteúdo do documento. “Estivemos nas duas audiências anteriores e percebemos que as pessoas não leram o documento. Então, decidimos contribuir para que os comentários e as sugestões dos educadores que queiram se posicionar ganhem força”, explica Rodrigo Ratier, editor executivo da Nova Escola³, veículo especializado em educação”.⁴ Nesse momento, Rodrigo Ratier afirma que as discussões que envolvem o documento da Base não devem ser mais sobre a significância do documento, mas sim sobre o conteúdo em sua estrutura. Porém, foi detectado pela revista Nova Escola o baixo índice de leitura do documento, que estaria estreitamente ligado com o empobrecimento dos debates nas audiências, influenciando no rendimento da cooperação da comunidade e dos professores. A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular pelo Ministro da Educação e da sua obrigatoriedade prevista em lei, há uma mudança no cenário da educação e esses fatos deveriam movimentar a comunidade de professores para tomar conhecimento do que a Base prevê de conteúdos fundamentais para os alunos. Entretanto, como visto no relato acima, o conhecimento e contato com o documento por parte dos profissionais da educação básicas foi insuficiente.

Dispondo do conhecimento da existência da BNCC, a curiosidade sobre quais as temáticas teriam sido preservadas e quais teriam sido descartadas nos motivou o

³ A “Nova Escola” é uma associação que produz conteúdo e serviços para professores e gestores do Brasil. Antes de sua divulgação ser dada através de um site, disponível em: <<https://novaescola.org.br/>> Acesso em 16 de abril de 2018, seu conteúdo era disponibilizado pela Fundação Victor Civita e ambos são ligados ao Grupo Abril. Desde 2015 a Revista Nova Escola recebe o apoio de sua mantenedora, a Fundação Lemann. A BNCC recebeu o apoio e contribuição de ambas as três.

⁴ Entrevista disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/53141-revista-incentiva-a-leitura-da-bncc-para-qualificar-o-debate>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2018

primeiro contato com o documento e no decorrer da leitura do conteúdo referente à disciplina de história, compreendendo os anos finais, foi detectado a carência da História Cultural neste documento. Por tanto, a presente pesquisa tem como tema a afirmação, através da análise da Base Nacional Comum Curricular, de que a presença da História Cultural dentro dos conteúdos programados para a disciplina de história - anos finais é escassa. Essa afirmação motiva os objetivos centrais desta pesquisa, de analisar a importância da História Cultural para o Ensino de História, considerando sua contribuição para a educação dos alunos nessa disciplina, assim como teorizar como a presença da História Cultural poderia adequar-se dentro dos conteúdos já programados e considerados como básicos pelos redatores do documento. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir com a comunidade acadêmica, professores e alunos da educação básica em suas práticas de ensino-aprendizagem do conteúdo de História.

1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Analisando o nome do documento com o qual estamos trabalhando, o primeiro termo utilizado para sua designação é “Base”. Temos indícios da intenção de elaboração de um documento padronizador da educação básica no território brasileiro em vários documentos em relação à educação, o mais recente deles anterior a Base é o PNE (Plano Nacional de Educação) formulado em 2014 com vigência de 10 anos, que contém 20 metas para a educação. A meta número sete do PNE cita em um de seus parágrafos que:

Espera-se que os entes federativos se articulem, por meio de diferentes estratégias e mecanismos, no âmbito do regime de colaboração e do sistema nacional de educação, para garantir o alcance do nível suficiente de aprendizado, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de estudo a cada ano e período (...) (MEC/SASE, 2014: p.32)

Mostrando assim apenas um trecho de um dos parágrafos que citam essa intencionalidade da elaboração de um documento a nível federal que auxiliasse a padronização de nível da educação no Brasil, como é citada também em parte da introdução da Base, na página 10. O Ministério da Educação e os diversos colaboradores que estiveram presentes na elaboração e contribuição para a confecção da Base, utilizaram como justificativa principal para a existência do documento o cumprimento de leis, conforme a Constituição Federal de 1988, no artigo 210, que previa a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, assim como no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que estabelece que os “currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum”, mostrando novamente que já havia uma previsibilidade para a existência da Base, além ainda de outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais. Entretanto, o processo de formulação da Base iniciou-se de fato a partir da Portaria nº 592 de 17 de julho de 2015 pelo

Ministério da Educação, na qual foi instituída a comissão de especialistas que seria responsável pela elaboração de propostas para a construção do documento, composta de professores estaduais, federais e municipais, especialistas com vínculo às secretarias estaduais das unidades da federação e professores pesquisadores em universidades em relação a educação básica, somando ao todo 116 membros. Dentre essas ocupações indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Dessa forma, deu-se início a produção do documento preliminar, juntamente das discussões públicas, produzindo um relatório final que tinha previsão de entrega ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em fevereiro de 2016, tempo relativamente reduzido para a formação de um documento de tamanha importância à sociedade em geral e também em um momento delicado da sociedade brasileira. Segundo Caimi (2016, p.2), sobre a base:

A complexidade toma proporções ainda maiores se considerarmos o momento de profunda polarização política que vivemos no país, aliado a graves desigualdades econômicas e sociais que vêm sendo enfrentadas. Sem espaço para adentrar em uma análise de conjuntura, é preciso ao menos registrar algumas (tristes) cenas da nossa época, como processo de impeachment da Presidenta da República, destituição de presidentes das casas legislativas, prisões de senadores da República, corrupção desenfreada e escancarada nos mais variados âmbitos da gestão pública, reações conservadoras de toda a ordem, retrocessos nos debates e conquistas sociais (...) (CAIMI. 2016, p.2)

Esse também seria um fator extremamente pertinente quando falamos sobre as influências na construção da Base. Podemos também refletir sobre a intencionalidade de um documento como a Base para a educação brasileira devido a necessidade de estabelecer conteúdos mínimos padronizados em torno do país, para que esta posição não fosse mais, de certa forma ocupada pelos materiais didáticos como abordam Santiago, Blanch e Carvalho (2017, p. 123-124)., que sofrem alterações diante de influências ideológicas, promovendo diversas linhas de abordagem de conteúdo, exclusão de outros, através de inúmeras editoras hoje presentes nesse mercado. Entretanto, “as prescrições governamentais, notadamente nas reformas educacionais, introduzem modificações na confecção e no uso dos livros didáticos”.

Outros problemas que a educação brasileira também demonstra atualmente, são a falta de conexão com os alunos através dos conteúdos, necessitando de uma maior contextualização com o presente e com a realidade dos estudantes que estão

frequentando a escola no século XXI, muito bem comentado por Silva e Fonseca (2011), assim como a necessidade da busca de metodologias diferentes a fim de aumentar o interesse do aluno, buscando reunir quais são os assuntos pertinentes a serem discutidos com os alunos na atualidade em sala de aula.

Os conteúdos presentes na Base referente a disciplina de história anos finais passaram por um processo conturbado, a partir de relatos de professores de história como o de Moreno (2015), temos como fato de que “A proposta preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aberta para consulta pública em 16 de setembro de 2015 sem a disciplina de História”, segundo Felix em Gazeta do Povo:

As críticas ao documento começam aí: “Como quantificar o que será conteúdo comum e livre?”, questiona Joseli Mendonça, professora da UFPR (...). A Associação Nacional de História (Anpuh) está promovendo discussões entre seus grupos de trabalho para formular um documento único a ser enviado ao MEC. “Queremos fazer algumas propostas e envolver mais os professores da rede básica. Até agora a discussão ficou centrada em pesquisadores e professores de universidades”, declarou Circe Bittencourt, que preside a seção paulista da Anpuh. (Gazeta do Povo, 2015)

Alguns sites, como o “nova escola”⁵ e “aprova”⁶ realizaram postagens a fim de retirar as dúvidas da comunidade referentes a BNCC e os dois trouxeram pareceres similares com a relação entre a BNCC e o currículo. Segundo Panteliades (2016) no site aprova, considera que: “a Base estabelece os objetivos de aprendizagem que se quer alcançar, por meio da definição de competências e habilidades essenciais, enquanto o currículo irá determinar como esses objetivos serão alcançados, traçando as estratégias pedagógicas mais adequadas”. O site “nova escola” que também relaciona assuntos sobre a educação traz através das autoras Guimarães e Semis (2017) que “a Base orienta os currículos com o que ensinar, ou seja, os conhecimentos e habilidades essenciais para todos os brasileiros. O como ensinar fica a cargo de cada rede e cada unidade escolar.”. O próprio site “portal do MEC” nos traz algumas informações da relação entre a base e o currículo, segundo a Assessoria de Comunicação Social: - “A BNCC entrará nas salas de aula por meio dos currículos, sendo de dois anos o prazo de implementação. A Base, porém, não é currículo: ela dá o rumo e indica aonde se quer chegar. Mas são os currículos que definem os caminhos, ou seja, o método de ensino, os materiais didáticos e o formato das avaliações”.

⁵ Disponível em: <<https://novaescola.org.br/>> Acesso em 22 de abril de 2018.

⁶ Disponível em: <<http://aprova.com.br/blog/>> Acesso em 22 de abril de 2018.

Considerando o documento prévio de 2015 para a consulta pública, que ao ser divulgado não constava o componente de história, divulgado apenas duas semanas depois, segundo Domingues,

O projeto apresentado propõe romper com a cronologia ortodoxa e a divisão quadripartite da história que privilegiam a visão eurocêntrica. Os temas partem do presente para o passado e enfatizam o ensino da história do Brasil, destacando o protagonismo de indígenas e afro-brasileiros, da África e da América. (DOMINGUES, 2015)

Nesse primeiro documento as ideias ainda eram iniciais, aguardavam as contribuições através de sugestões e as modificações pelos órgãos de educação, que se encerraram no dia 15 de dezembro de 2015. O documento preliminar nesse momento apresentava na disciplina de história dentro da área de ciências humanas os “Objetivos de aprendizagem do componente curricular história no ensino fundamental” (MEC, 2015), fragmentados em enfoques predominantes separados em títulos para cada ano do ensino básico, fundamental e médio – nessa versão preliminar na base ainda constava conteúdos estipulados para o ensino médio também. Essa situação só se altera na divulgação da terceira versão da base, na qual o ensino médio foi retirado e deu-se início a reforma do ensino médio separadamente– como por exemplo temos o título “Representações, sentidos e significados do tempo histórico” indicado para o 6º ano do ensino fundamental, com habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, classificadas em “Procedimentos de Pesquisa”, “Representações do Tempo”, “Categorias, Noções e Conceitos” e “Dimensão Político-Cidadã”, contendo habilidades mais específicas distribuídas de acordo com sua classificação nos títulos correspondentes acima. Por fim todos estes estão inseridos em outro eixo maior de “Objetivos gerais da área de ciências humanas no ensino fundamental”, além de toda a Base nesse momento ser dividida por áreas, como a área de linguagens, a área de matemática, a área de ciências da natureza, não promovendo nenhuma forma de interdisciplinaridade entre elas. A Base coloca como proposta entre tantas outras principalmente a interdisciplinaridade, porém esse é um dos pontos em que não há melhorias, visto que todo o ensino fundamental está dividido em áreas, sem possibilidade de interação entre si, já a respeito das disciplinas contempladas dentro de cada área, os projetos de interdisciplinaridade ainda ficam a cargo do professor ou instituição, não recebendo destaque para a sua importância ou aberturas para possibilidades dentro do cronograma estabelecido. Em primeira instância, o documento preliminar

deixou muitas preocupações para todos os profissionais da educação, através das suas lacunas como a ausência de história antiga e medieval, que inicialmente tinham a intenção de descartar uma história eurocêntrica, ótica presente na grande parte dos currículos atualmente nas escolas brasileiras. Outra preocupação comentada por alguns profissionais como Domingues, se deu pela forma da distribuição dos objetivos e das habilidades, muitas vezes não condizentes com a faixa etária do ano ao qual a criança pertence, “um ensino de História massacrante, fragmentado, com temas que não interessam sequer à historiografia recente. Um ensino que não estimula “querer saber mais”, que não desperta a curiosidade e abafa a imaginação e a criatividade.” (DOMINGUES, 2015).

O documento preliminar divulgado em 2015 passou por diversos processos até chegar a sua segunda versão da BNCC, com data prevista para abril de 2016. Esse documento mais aprofundado, resultado de diversas contribuições, ainda contava com os dados do ensino médio e duplicava seu número de páginas, nesse novo material disponível de fato no início de maio, o conteúdo referente a disciplina de história havia recebido severas mudanças, como a inserção da história antiga e medieval no documento, que antes havia sido retirada, entretanto alterou a conjuntura em que estavam organizados os conteúdos no documento de versão anterior, retornando a uma seleção de conteúdos e linha do tempo já não tão inovadora, mas sim semelhante com o que já era tradicional aos currículos que temos presentes nas escolas hoje. Como o eurocentrismo e a precariedade quando falamos sobre outros povos e culturas, sobre tudo da África e das Américas. Os comentários em geral em torno da segunda versão da BNCC anos finais, referentes ao currículo da disciplina de história ficam muito próximos a opinião de alguns professores da UERJ, “um currículo de viés tradicional e com poucas surpresas para além de suas ausências. O enfoque cronológico e a permanência da "grande narrativa" centrada no processo histórico de matriz europeia são os principais sintomas dessa permanência da tradição”. (GUIMARÃES; MORAES; PINTO; FELIPPE; PINHA; SOUSA; SILVEIRA, 2016).

A segunda versão da BNCC de abril/maio de 2016, era mais elaborada que a anterior, porém ainda continha falhas, por mais que tivesse acolhido as contribuições feitas por professores e profissionais da área da educação durante o tempo em que

a primeira versão foi disponibilizada para consulta. Segundo McAskill⁷, que analisou o componente de História da BNCC, positivamente, o documento não continha nenhum posicionamento ideológico, porém ainda deveria passar por diversas melhoras, como:

É quase inevitável que esse foco no conhecimento leve a formas de pedagogia sem desafios cognitivos e que promova a memorização e a regurgitação de "fatos" históricos fornecidos previamente na forma de uma extensa lista de nomes, datas e desenvolvimentos. É evidente que a compreensão, por parte dos alunos, dos acontecimentos históricos, mudanças, povos e períodos depende da habilidade de organizar um grande volume de conhecimento histórico. Contudo, existe uma falsa dicotomia entre conhecimento histórico e conceitos históricos (COUNSELL 2000). Para que os alunos possam aprofundar sua compreensão de história, é necessária uma relação próxima entre o conhecimento histórico e a compreensão conceitual. (MCASKILL, 2016 p. 5)

Os comentários feitos acima reforçam a ausência da História Cultural no documento, expondo uma base com conteúdos densos, inclinada a memorizações, desprezando a compreensão e problematização, "para adquirir um conhecimento e compreender a história, as habilidades associadas à identificação, compreensão e interpretação de fontes, utilização da cronologia e pesquisa e comunicação têm de ser desenvolvidas" (MCASKILL, 2016, p. 10), o que pouco está presente ou descrito no documento da BNCC. Arelado aos comentários feitos por McAskill, também é comentado sobre a subjetividade do documento em relação aos objetivos, pois são empregados termos como "conhecer", "considerar", "compreender" entre outros verbos presentes em uma lista que não indicam uma ação que possa ser mensurada e se colocam de forma muito abrangente (MCASKILL, 2016, p. 8), apontando uma possível dificuldade para os professores no momento de tradução do que é indicado para sua prática em sala de aula, ou como comentado no primeiro capítulo, o "como fazer" que a Base não indica, que nesse momento se torna um ponto negativo. Outro ponto pouco comentado que McAskill levanta, detém-se sobre como a Base demonstra uma ausência de ideologias, tópico extremamente delicado e muito discutido, principalmente pelo programa "Escola Sem Partido"⁸, entretanto em relação a Base há poucos comentários sobre sua neutralidade diante do contexto político hoje presente no Brasil.

⁷ Tracey McAskill trabalha na área da educação, principalmente na gestão educacional. Trabalha hoje com o currículo australiano, o modelo de currículo nacional na Austrália. Disponível em: <<https://au.linkedin.com/in/tracey-mcaskill-8572835b>> Acesso em 22 de abril de 2018

⁸ Disponível em: <<https://www.programaescolasepartido.org/>> Acesso em 22 de abril de 2018

Caimi expôs sua opinião geral sobre a BNCC juntamente com alguns fatos que cercam a Base e o trecho a baixo demonstrou ser o parâmetro geral das impressões dos profissionais da educação:

Ao contrário disso, a comissão de doze profissionais que produziu a primeira versão da BNCC História foi dissolvida e em seu lugar constituída nova comissão, integrada predominantemente por profissionais vinculados a uma única Instituição de Ensino Superior, cujas trajetórias de estudos e investigação não se mostram efetivamente vinculadas ao campo do ensino da história. Para além desse fato, o documento apresentado como uma segunda versão não guarda relações de continuidade com a primeira versão, razão pela qual nos faz reconhecer nele um outro documento, com pressupostos e proposições bastante distintos daqueles que orientaram a produção inicial da BNCC História. Trata-se de uma proposta que se refugia nos conteúdos convencionais e canônicos, tomando a cronologia linear como eixo central do discurso histórico, ou seja, desconsidera os postulados, princípios e proposições oriundos da pesquisa acadêmica nacional e estrangeira dos últimos trinta anos, representando um flagrante e lamentável retrocesso. (CAIMI, 2016, p. 90-91)

A terceira e última versão da BNCC, com a qual estamos trabalhando e que recentemente foi homologada pelo Ministro da Educação em 20 de dezembro de 2017 trouxe diversas mudanças. Segundo Souza, o documento sofreu alterações positivas, “apresenta algumas questões que tornam o documento mais explicativo e compreensível ao trazer informações como histórico, objetivos, justificativa e formas de organização” (SOUZA, 2017), o oposto citado em relação a segunda versão da base. A primeira diferença entre os dois documentos é o design em relação as imagens de capa, enquanto as versões anteriores continham uma capa com imagens relacionadas às regiões, culturas e monumentos do Brasil, a segunda traz uma imagem mais minimalista e geométrica, essa mesma alteração segue no restante do documento, ao serem exemplificadas as competências gerais, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, com tabelas mais elaboradas e divididas em cores. Os conteúdos privilegiados à terceira versão da BNCC em geral não se modificaram tanto em relação à versão anterior, permanece a visão eurocêntrica e ordem cronológica, colocando o ensino de história da África e dos povos indígenas como assuntos periféricos, indicando um currículo com conteúdos densos, sem maiores espaços para um conhecimento construído através da discussão, percepção, investigação e problematização dos alunos. Além da ainda grande generalização dos conteúdos, influenciando um conhecimento mais raso dos temas, destacando como a maior importância, relevância e preferência é direcionada à história política e econômica.

A BNCC, segundo Souza, ainda contém alguns problemas estruturais, ligados a habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos que não correspondem ao conteúdo programado para o ano, como “o 6º Ano (...) na terceira Unidade Temática (...) determinado objetivo propõe comparar Império e Imperialismo quando não há o domínio do conceito “imperialismo” por parte do estudante” (SOUZA, 2017, p. 5). Assim como outros conteúdos não demonstram habilidades a serem desenvolvidas, exemplificando “os Objetos de conhecimento da primeira Unidade Temática poderiam ser mais objetivos e, especialmente, o objeto de conhecimento “Saberes dos povos africanos ...” não apresenta correspondência com nenhuma habilidade específica.” (SOUZA, 2017, p. 6) em relação ao 7º ano.

A terceira versão da BNCC, após sua divulgação, teve como percurso o seu encaminhamento para o Conselho Nacional de Educação para análise e aprovação para sua futura implementação. As notícias mais recentes sobre a jornada do documento, de sua validação e início de atividade prevista em lei, até o momento de conclusão dessa pesquisa, datavam do dia 20 de dezembro de 2017. A Base já havia sido aprovada no dia 15 do mesmo mês em votação no Conselho Nacional de Educação (CNE). Homologada no dia 20 de dezembro pelo governo do país, a Base para o ensino fundamental ainda tem cerca de mais de um ano para sua implementação definitiva. Segundo o MEC,

Os currículos escolares terão de ser adaptados às novas diretrizes ao longo de 2018. A implementação será feita até 2020 e os professores receberão formação continuada para se “familiarizarem” com os novos “parâmetros, orientações e objetivos de aprendizagem” (...) serão liberados R\$ 100 milhões aos municípios, estados e Distrito Federal para auxiliar o início da implementação da base no próximo ano. (G1, 2017)⁹

A homologação da Base provocou a percepção por parte da sociedade, em especial pelos docentes, discentes e profissionais da área da educação, da proporção do documento. Se hoje a população fosse questionada sobre o que é a Base, grande parte tem conhecimento do que está acontecendo na educação no Brasil, ao menos entende que a Base veio para alterar a estrutura da educação, pois se antes a divulgação do conteúdo e documento da Base não estava ao alcance de todos, hoje temos comercial em horário nobre à divulgá-la em um dos canais mais

⁹ Notícia disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-homologa-nova-base-nacional-comum-curricular-dos-ensinos-infantil-e-fundamental.ghtml>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2018

assistidos da tv aberta, está presente nos jornais, matérias on-line e entre outros veículos de comunicação como o facebook e através de hashtags no instagram.

Segundo a Associação Nova Escola, através de uma publicação em seu site com perguntas e respostas, a fim de diminuir as dúvidas sobre o conteúdo da base a sua aplicação nos âmbitos escolares, informam que: “A BNCC não determina como ensinar, mas o que ensinar. Cada escola e cada rede deverá, dentro de seu currículo e PPP (Projeto Político Pedagógico), definir como irá trabalhar as diversidades locais”, de forma que “os currículos e PPPs deverão incluir obrigatoriamente os aprendizados determinados pela BNCC”. Os Projetos Políticos-Pedagógicos são construídos pela própria escola, cada local considerando suas especificidades, formulam esse projeto. A estes documentos produzidos por cada escola, cabe diversos pontos norteadores importantes, como é destacado por Veiga (2007), citado por Bortoluzzi (2007, p. 9)

A principal possibilidade de construção do Projeto Político-Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (VEIGA, 2007: p14)

Uma vez que, cabe ao Projeto Político-Pedagógico a posição da instituição escolar através de um projeto com propostas de ações diretamente ligadas às atividades e projetos educativos para o ensino e aprendizagem, compete logo ao currículo a definição dos temas e conhecimentos a serem apresentados aos alunos no decorrer do ano letivo. A elaboração dos temas está estreitamente ligada com a identidade da escola em questão, assim como recebe influência direta dos professores, como abordam os autores Marcos Silva e Selva Fonseca, como a “necessidade de priorizar alguns temas, agentes e materiais, de acordo com o projeto de conhecimento, de ensino e aprendizagem que for definido pelo professor, em diálogo com alunos, pais, comunidade e outros.” (SILVA; FONSECA, 2007. p.44).

A partir das concepções expostas acima, podemos compreender que o currículo é mutável e também depende de quem, em determinado espaço escolar o está construindo. O conteúdo incorporado ao currículo a partir da inserção da Base nas escolas, passará apenas pelo debate em relação a forma de apresentação e uma discussão sobre os conteúdos que o espaço escolar julga necessário serem

adicionados para aquela realidade escolar, como por exemplo um conteúdo referente a região, já que a BNCC apresenta, como falou o site “nova escola”, o que ensinar, por tanto isso já não compete ao todo aos professores e profissionais da educação. Segundo Frazão e Ralejo (2014, p. 174), “não existe um objeto lá fora que podemos chamar de Currículo: ele é construído e negociado nas relações de poder existentes nas diferentes esferas do processo educativo.”, e sendo o currículo parte de extrema importância na escola, segundo Silva (2011, p.156) citado por Frazão e Ralejo (2014, p. 174) que “nós fazemos o Currículo e o Currículo nos faz”, discutindo tal importância, demonstra como de fato o currículo possibilita a nossa construção como ser e a sua identidade. Portanto, vemos que não é possível, a partir de tal concepção de currículo, a adequação a esse pacote fechado de conteúdos apresentados pela BNCC, mas sim uma flexibilização da obrigatoriedade de inserção de todos os conteúdos, a fim de que a grande quantidade de conteúdos não seja apenas transmitida aos alunos, mas que de fato eles compreendam e signifiquem em suas vidas esse conhecimento.

Podemos ver na Base como os temas foram distribuídos para cada ano da educação básica ao ensino fundamental. No capítulo dois do documento podemos compreender melhor como os temas foram distribuídos para cada ano do ensino fundamental, conforme o documento:

A BNCC está estruturada de modo a explicitar as competências que os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes (BNCC, 2016, p. 21)

Dessa forma, a sua organização foi disposta de forma fragmentada em “Áreas de Conhecimento”, “Competências Específicas da Área”, “Componentes Curriculares”, “Competências Específicas de Componente” e todos estes estão divididos, de forma que há essas quatro observações para os anos iniciais do ensino fundamental e os mesmos subtítulos, porém com conteúdo diferente para os anos finais. As áreas de conhecimento encontram similitude tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais, distribuídas em cinco áreas. A primeira área considerada é a das “Linguagens” que tem como objetivo principal para os anos iniciais a alfabetização, já para os finais “ampliam as práticas de linguagem conquistadas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais” (BNCC, 2016, p. 59), na qual estão inseridas a Língua Portuguesa, a Língua Inglesa, Arte e Educação Física. Logo após temos a

área de “Matemática”, que expõe em sua introdução de que “O conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea (...)” (BNCC, 2016, p. 261) e engloba a matéria de Matemática. Posteriormente a área de “Ciências da Natureza”, que relata sobre sua importância no ensino fundamental e na educação, pois segundo a Base:

A área de Ciências da Natureza, por meio de um olhar articulado de diversos campos do saber, precisa assegurar aos alunos do Ensino Fundamental o acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos ao longo da história, bem como a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos da investigação científica. (BNCC, 2016, p. 317)

E nela contém a matéria de ciências, temos também a área de “Ciências Humanas”, englobando a História e a Geografia, área que particularmente nos interessa nesse trabalho. Em sua introdução são citadas diversas justificativas da presença dessa área no ensino fundamental, em especial a contribuição dela para a vida dos alunos, podendo dessa forma extrair uma parte do trecho introdutório que cita uma dessas contribuições:

A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente. (BNCC, 2016, p. 349)

Por fim, também está presente a área de “Ensino Religioso” que é inserida como uma disciplina de matrícula facultativa, entretanto de oferta obrigatória, prevista em lei:

A Constituição Federal de 1988 (artigo 210)¹⁰ e a LDB nº 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475/1997)¹¹ estabeleceram os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso, cuja função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Mais tarde, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010¹² reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos (BNCC, 2016, p. 431)

¹⁰ Lei que prevê o ensino religioso como parte das disciplinas do ensino fundamental. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_210_.asp> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

¹¹ Lei que prevê o ensino religioso como parte das disciplinas do ensino fundamental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

¹² Lei que prevê o ensino religioso como parte de uma das cinco áreas de conhecimento. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

A Base cita as “Competências Específicas da Área” que são parte das competências já inseridas nas competências gerais, entretanto mais voltadas para a área, assim como as “Competências Específicas de Componente” que são inseridas apenas nas áreas em que há mais de um “Componente Curricular”, como a área de Ciências Humanas, onde temos Geografia e História.

A próxima fragmentação para a organização da base e dos temas a serem relacionados dentro de cada Componente Curricular se deu da seguinte forma:

Cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas. (...) as unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades. (BNCC, 2016, p. 26-27)

Por exemplo, temos conteúdos em “Unidades Temáticas”, como “Totalitarismos e conflitos mundiais” descrito na página 424 da Base. Dentro dessa Unidade foram designados “Objetos de conhecimento” que derivam desse tema, que podemos interpretar como um recorte, mesmo que ainda geral e amplo, a exemplo temos: “O mundo em conflito: A primeira Guerra Mundial”. A partir dessa indicação há habilidades exemplificadas, como indicado na página 425, em que os professores devem guiar os alunos a desenvolver, como por exemplo a habilidade citado no documento, “Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global”. A Unidade Temática citada, é apenas uma dentro das 4 que compõe o obrigatório ao 9º ano do ensino fundamental, assim como os Objetos de conhecimento, que são 34 referentes ao 9º ano e por fim as habilidades a serem desenvolvidas que ao todo somam 28. Através dessa análise, podemos concluir que são muitos Objetos de Conhecimento e diversas habilidades a serem desenvolvidas dentro de apenas um ano, devido a vários fatores que implicam na precariedade do Ensino de História. Entretanto a Base sugere às escolas que o conteúdo previsto nela ocupe 60% da carga horária, enquanto os outros 40% ficam a cargo da escola, assim como para dedicar aos temas exclusivos de cada região, conforme explicam Semis e Guimarães (2017), a Base não deixa espaço para as particularidades de cada instituição escolar, diante dos conteúdos que passarão a ser obrigatórios em cada etapa, destacando que diante da forma que os conteúdos são colocados em

listagem como Objetos de Conhecimento e Habilidades, em geral suas descrições indicam uma abordagem político-econômica de forma subentendida, nas poucas vezes em que o conteúdo tem o objetivo abordar alguma especificidade cultural, a palavra “cultura” está presente no Objeto de Conhecimento.

2. HISTÓRIA CULTURAL NA BNCC E ENSINO DE HISTÓRIA

O que hoje podemos responder que é História Cultural? Ela é de exclusivo território da história? Pode ela equiparar-se em questão de importância e valor que vemos hoje à História Política e a História Econômica? Freyre (1950, p. 139-65) afirma que “o estudo da história social e cultural” é ou poderia ser uma maneira de “aproximar pessoas” e abrir “vias de compreensão e comunicação entre elas” (apud BURKE, 2008, p.180). Burke (2008) considera que a pergunta “o que é história cultural” não foi respondida de forma satisfatória até os dias atuais, dada sua complexidade e sua diversidade e ainda acrescenta:

Desprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos 1970 (...) Um sinal dos tempos é a conversão do cientista político norte-americano Samuel P. Huntington à ideia de que, no mundo hoje as distinções culturais são mais importantes que as políticas e econômicas, de modo que, desde o fim da Guerra Fria, o que vemos não é tanto um conflito internacional de interesses, mas um “choque de civilizações”. Outro indicador do clima intelectual é o sucesso internacional dos estudos culturais. (BURKE, 2008, p. 7-8).

Burke como especialista na área, apresenta através da obra “O que é História Cultural?” comentários pertinentes em torno do assunto que iremos abordar nesse capítulo. Já Certeau (2003, p. 37-38) comenta sobre a história do cotidiano, relatando que “a meta seria alcançada se as práticas ou “maneiras de fazer” cotidianas cessassem de aparecer” em relação a pergunta anterior, nomeando o

assunto como “um tema tão fugidio e fundamental”, fazendo uma metáfora ainda sobre o assunto, relaciona a história do cotidiano com um quebra-cabeças ao qual ainda faltam muitas peças. Dentro da História Cultural, muitas vezes a abordagem empregada em determinado assunto para pesquisá-la é apenas uma dentre tantas possibilidades, “uma história cultural das calças, por exemplo, é diferente de uma história econômica sobre o mesmo tema, assim como uma história cultural do Parlamento seria diversa de uma história política da mesma instituição.” (BURKE, 2008, p. 10)

A História Cultural não se restringe apenas a área da História, sendo ela multidisciplinar ou interdisciplinar, Burke aponta que este é um dos motivos pelo qual é tão difícil responder a pergunta que dá nome a obra do autor. Segundo Burke, a história cultural encontra afins em incontáveis áreas e disciplinas e até sugere que “Para unir diferentes abordagens(...) poderíamos razoavelmente recorrer aos “estudos culturais”, quer eles sejam uma disciplina em si mesmos ou um espaço habitado entre as disciplinas.” (BURKE, 2008, p. 176). O conceito de “cultura” é vasto, porém para um entendimento ao menos raso, buscando apoiar as discussões futuras, podemos atribuir a história cultural à definição que encontramos segundo o Dicionário de Conceitos Históricos que afirma:

Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. (...) Cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Mas para haver cultura é preciso antes que exista também uma consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana elabora os planos para o futuro da comunidade (...) nessa perspectiva, cultura envolve todo o cotidiano dos indivíduos. (SILVA; SILVA. 2009. p. 85-86)

O termo “história cultural” nos influencia a pensar diretamente no que podemos classificar como “alta” cultura, referindo-se às artes e às ciências, assim como denominou Burke, entretanto, esse termo foi estendido até o que chamamos de “popular”, ou seja, que incluía outros diversos elementos como a culinária típica, os jogos, “a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (...) e práticas” (BURKE, 2008, p. 43). Essa extensão do termo concedeu uma maior possibilidade para que outros temas pudessem ser estudados e explorados, que é denominado como “virada cultural”. Burke considera em sua obra que esse fenômeno da chamada “virada cultural” teve impacto nas mais diversas disciplinas,

“no caso da psicologia cultural, (...) ela significa um distanciamento da ideia de que os seres humanos têm impulsos idênticos, e uma aproximação da sociologia e da antropologia.” (BURKE, 2008, p. 45), assim como até mesmo na economia, uma entre aquelas denominadas as “irmãs bem-sucedidas” das outras disciplinas, sofreu algumas influências devido à “atração exercida pela cultura está associada ao crescente interesse no consumo e à percepção de que as tendências não podem ser satisfatoriamente explicadas em termos de um modelo simples de consumidor racional.” (BURKE, 2008, p. 43). Nesse sentido, caminhando para uma direção em que teremos a história cultural de grande parte das coisas do nosso cotidiano e não apenas mais o que era considerado “uma história intelectual e mais restrita.” (BURKE, 2008, p. 46). Ainda sobre o cotidiano, Whitaker contribui para a discussão ao comentar sobre os pensamentos de Geertz e sua obra “A interpretação das Culturas” (1989), expondo que:

Geertz traduz aquilo que os historiadores culturais pretendem fazer, colocar a cultura como fonte científica de interpretação do cotidiano, ou seja, construir o conhecimento através das relações entre os homens e compreender, interpretar, os atos de significados sociais que os envolvem. Como afirma Geertz, diante de tantas definições de cultura, é preciso escolher uma (...) (WHITAKER, 2009)

A partir das afirmações anteriores de que a História Cultural tem tamanha importância para a sociedade e é um tema ainda em ascensão, analisamos a BNCC, indagando a presença desse tema relevante para o ensino de história em meio aos conteúdos e habilidades a serem desenvolvidas, mais especificamente nos anos finais do ensino fundamental na disciplina de história. Iniciada a análise dos conteúdos que a Base relaciona e considerando também o documento na íntegra, a BNCC demonstra se propor a considerar a diversidade cultural presente no Brasil em sua seleção do que é básico para a educação do ensino fundamental, entretanto repassa toda a responsabilidade de elaborar, desenvolver, implementar e adequar, sejam conteúdos, abordagens ou projetos, sob responsabilidade e incumbência da escola e dos professores, descrevendo na Base “apenas” o que seria o essencial aos estudantes.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens

essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. (MEC, Base Nacional Comum Curricular. 2016, p. 13)

Em diversos trechos na Base é citada a importância das particularidades culturais serem consideradas na educação, entretanto ela pouco aparece dentro das unidades temáticas em que a BNCC divide os temas a serem estudados. Caimi (2016) comenta o seguinte a respeito da formulação da Base:

Em países federativos como o Brasil, de grande dimensão territorial e de enorme diversidade regional e cultural, sabemos como são difíceis os consensos e como são complexas as tomadas de decisões acerca de uma estrutura curricular comum. (CAIMI, 2016, p.87)

Através dessa afirmativa, podemos supor que por esse motivo a Base não se responsabilize pela inserção de temas que relacionem a História Cultural, deixando essa responsabilidade para os currículos, conforme consta na BNCC que os dois, a Base e os currículos, devem trabalhar juntos complementando um ao outro, adequando os conteúdos considerados essenciais pela Base à realidade local e também inserindo os temas particulares da região considerados importantes na lista de conteúdos previstos. Entre as páginas 412 a 415 estão inseridos sob o subtítulo: “História no ensino fundamental – anos finais: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades” (BNCC, 2016, p. 412) os procedimentos básicos que fundamentaram o processo de ensino e aprendizagem dos anos finais do ensino fundamental, dentre estes, apenas o primeiro procedimento cita de forma rasa as palavras “cultura”, “culturas”, “cultural” e “culturais”. O primeiro procedimento refere-se à “identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico.” (BNCC, 2016, p. 412), considerando que no primeiro capítulo nas páginas 10 e 12 do presente trabalho já foi mencionado a precariedade com que a Base inclui o tema História da África.

Para começarmos uma reflexão sobre o ensino de história, primeiramente devemos olhar para o que o cerca e influencia, como as práticas docentes, metodologias e material de suporte. Hoje os professores, a partir do material de suporte que será a BNCC, juntamente do currículo e o Projeto Político Pedagógico da sua escola, conseguirão ajustar a sua metodologia às particularidades de suas turmas? E, assim adequar o conteúdo ao tempo disponível à disciplina de história

estipulado na carga horária das escolas? As habilidades previstas na Base têm números desafiadores para muitas realidades presentes nas escolas e na vida dos professores, considerando a desvalorização dos mesmos, o que acaba influenciando no desempenho das aulas, no preparo delas, e na baixa da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Considerando que a presença da história cultural na BNCC é escassa, presume-se que diante desse quadro atribulado, pouca será a atenção dada a esse tema, já que é de certa forma mais fácil a elaboração das aulas em cima de abordagens mais correntes e que sempre foram usadas, como a história política e econômica, sem procurar dar a oportunidade a outras abordagens, pois segundo Morales:

No ensino de crianças de 11 a 14 anos, na maioria das vezes, os assuntos relacionados ao cotidiano dos povos estudados encontram mais ressonância entre os alunos se comparados aos processos políticos e econômicos. Obviamente, não se trata de excluir esses processos da disciplina histórica. O que questionamos é se a chamada História do Cotidiano precisa continuar aparecendo na narrativa dos professores e nos materiais didáticos como meras curiosidades pitorescas que tornam a aula “divertida”. (MORALES, p. 613)

A História Cultural tem recebido a atenção de diversos historiadores, como comenta Burke, “Até mesmo a “cultura da arma” encontrou o seu historiador. Estamos a caminho da história cultural de tudo” (BURKE, 2008, p. 46), entretanto docentes e profissionais da educação ainda persistem deixando essa abordagem fora de seus currículos e de seus planejamentos, preferindo elaborar aulas mais seguras, recorrendo à História Política e Econômica para abordar os temas a serem ensinados. A falta da presença da História Cultural no Ensino de História prejudica as habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula, seja nesse momento a história cultural utilizada tanto como tema ou como abordagem, ou seja, usando como tema, tratando sobre os costumes de determinado grupo em um espaço-tempo específico ou como abordagem, por exemplo, explicando a organização político-social através da indumentária de uma sociedade ou outra característica cultural. Podemos utilizar como exemplo a habilidade descrita no 6º ano da disciplina de história na Base: “Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades” (BNCC, 2016, p. 417), pertencente ao objeto de conhecimento “Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos)” (BNCC, 2016, p. 416). Os conteúdos citados acima, vem na Base em formato de

linha do tempo, inserido em uma cronologia de forma que os assuntos ocorridos nas eras anteriores o antecedem e posteriores o sucedem, abordando os egípcios, conteúdo em questão, apenas na Unidade Temática “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades”, entretanto o objeto de conhecimento e a habilidade a serem desenvolvidas em torno no assunto, recortam-no de tal forma a retirar grande parte importante e por assim dizer, cultural do conteúdo, restando apenas o enfoque político e econômico, diminuindo os horizontes de problematização sobre os mitos e lendas, entre outros aspectos importantes em reação a essa população.

A partir da análise da disciplina de história, anos finais do ensino fundamental de alguns currículos como o “Currículo Básico – Escola Estadual” do Espírito Santo e o “Currículo do Estado de São Paulo”, podemos perceber a quantidade de conteúdos que foram excluídos da Base, assim como outros que foram recortados e algumas habilidades desconsideradas. À vista disso e de que o documento homologado poderá ainda sofrer alterações, contudo pequenas demais para que afetem essas questões que tratamos, devemos pensar na adaptação desses conteúdos aos currículos, às salas de aula e também a inserção da História Cultural.

A BNCC expõe alguns recortes que são os “Objetos de Conhecimento” provenientes das “Unidades Temáticas”. Apesar disso, os recortes são limitadores da busca pela quebra do ensino através de uma cronologia rígida, eurocêntrica e também da interdisciplinaridade, pois os recortes podem ser usados para aprofundamento do conteúdo, evitando um ensino apenas superficial dos temas, porém eles também dificultam trabalhar temas simultâneos através de comparações, podendo estabelecer contrapontos e discussões, como aborda Guarinello (2013) em sua obra “História Antiga”, abordando a desconstrução da linearidade, pois hoje, nos currículos e na Base, os conteúdos de história antiga estão dispostos no ensino fundamental de forma que subentendem uma “evolução” a cada período que se passa, da transição do estudo de um povo para outro. Dessa maneira, sugere o estudo da mesopotâmia como um todo, tratando simultaneamente de todos os povos, essa forma de trabalho é uma entre tantas outras que propicia a presença da História Cultural e que pode ser utilizada não só para a História Antiga, mas para os outros temas dentro da disciplina de história, auxiliando os alunos no entendimento dos fatos como acontecimentos simultâneos e não isolados. A Base propõe diversas

inovações e contribuições para a educação, entretanto ainda não consegue romper a tradicional abordagem cronológica e linear impregnada hoje na organização dos conteúdos.

CONCLUSÃO

O questionamento que recebe maior destaque ao longo da pesquisa e a ser respondida após as reflexões e análises feitas no decorrer deste trabalho, está diretamente relacionada com a ausência da História Cultural na Base. Como a História Cultural mais uma vez, agora através de um documento a nível nacional, pôde ocupar o local de tema secundário no Ensino de História? De como a História Cultural, após três versões da Base, ainda está ausente de um documento tão importante que irá reger a educação em todo o país em pouco tempo.

A disciplina de história sempre teve um componente curricular complexo no Brasil, sofrendo mutações em virtude de cada troca de governo do país, mostrando a grande carga ideológica que ela tinha e que pode carregar, apenas se tornou obrigatória a partir do ano de 1837. A disciplina de história mais semelhante a que hoje estamos habituados a estar presentes nas escolas, só começou a ser moldada

dessa forma em meados de 1980, após a ditadura militar. Os currículos mais recentes eram orientados pelo material didático que tinha a responsabilidade de reunir os conteúdos julgados pelos elaboradores como básicos e essenciais e cada escola aderiria ao livro ou ao conjunto que julgava melhor e mais adequado, dependendo da escola, a escolha era feita pelo próprio professor e estes utilizavam como achavam melhor o material, incluindo ou excluindo o que a área julgava mais importante. A partir da inserção da Base nas escolas, todas essas atitudes já comuns a vida dos docentes acabam, os materiais didáticos serão todos alterados conforme a Base a partir da sua homologação e o currículo se ocupará pelo “como fazer”. A BNCC tem altas expectativas para as escolas, prevê muitos conteúdos, contudo concede pouco suporte, espera que as escolas e os professores desdobrem em suas salas de aula, o que diversos profissionais da educação estabeleceram. Os professores necessitam como suporte, que a Base não seja tão repetitiva e ampla no que espera, que expresse mais sobre que espera, para além de termos amplos como “conhecer”, “estudar”, “perceber”, utilizados durante todos o documento. A Base ainda não é o documento ideal para as escolas, ainda que sua presença faça alterações em diversas escolas, buscando promover o fim da desigualdade de ensino, ela também é mais um pouco do mesmo, pela sua estrutura e propostas de temas, assim como habilidades.

A presidência do país, juntamente com o Ministério da Educação iniciaram o processo de formulação da Base em 2015 e em 2017 o documento que se propunha a formular as condições básicas para a educação no país inteiro já estava sendo homologada com tempo limite para entrar em vigor, ou seja, para a adaptação de todas as escolas até 2020. Por mais que a presidência afirme em relação à Base que:

"É impressionante como o país não tinha a ousadia, coragem de levar adiante certos temas, até muitas vezes, por um vício talvez eleitoral as pessoas tinham medo de tocar em certos temas que gerassem qualquer espécie de controvérsia" (G1, Brasília, 2017)¹³

O documento ainda necessita de mais revisões e mais contribuições, assim como um tempo maior de adaptação às escolas. Como comentamos no primeiro capítulo dessa pesquisa, a formulação da Base se deu de modo apressado, tendo

¹³ Entrevista disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/governo-homologa-nova-base-nacional-comum-curricular-dos-ensinos-infantil-e-fundamental.ghtml>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2018

como consequência que, no momento que a Base já chegava a sua segunda versão, poucos professores haviam realmente contribuído ou mesmo lido o documento, muitos não haviam tido nenhum tipo de contato com a BNCC. Para que possamos continuar contribuindo com a educação no Brasil, os profissionais da educação devem buscar conhecer e contribuir com o documento. Ao iniciar essa pesquisa, foram encontrados e analisados diversos pareceres de professores de História, cada um buscando “defender” o espaço de um tema no componente curricular da BNCC. Ao mesmo tempo que poucos professores leram e contribuíram com a Base, muitos divulgaram seus diversos pareceres de forma isolada e em alguns casos gerando conflitos diante das diferentes opiniões entre os docentes. Acredito que esse ocorrido dificulte o trabalho dos profissionais que elaboraram a Base, como também não contribui em nada para o aperfeiçoamento da BNCC. Uma ação tomada em conjunto, para além da disciplina de história seria ideal para a melhoria do documento, visto que a História Cultural vai muito além do campo da disciplina de história, essa deveria por tanto ser uma preocupação conjunta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPUH BRASIL, GRUPO DE TRABALHO DE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. 2017. Disponível em: <<https://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4343-audiencia-publica-e-a-3-versao-da-bncc-o-lugar-da-anpuh-no-debate>> Acesso em: 2 de fevereiro de 2018

BORTOLUZZI, Jussara Santana; SILVA, Adnilson José. Projeto Político Pedagógico: Um estudo sobre desencontros entre teoria e prática. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2311-6.pdf>> Acesso em: 19 de janeiro de 2018

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Peter Burke; Tradução Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Revisada e ampliada. RJ, Jorge Zahar Ed, 2008.

CAIMI, Flávia Eloísa. A História na Base Comum Curricular: Pluralismo de idéias ou guerra de narrativas? Porto Alegre, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/65515-289785-2-PB%20(2).pdf> Acesso em: 05 de fevereiro de 2018

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Nova Edição estabelecida e apresentada por Luce Giard. 9ª ed. RJ, Ed. Vozes, 2003.

Colégio Estadual Maria Destéfani Griggio. Proposta Pedagógica Curricular História. Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.cfwmariagriggio.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/6/344/245/arquivos/File/PPC/PPC_Historia_2012.pdf> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

DOMINGUES, Joelza Ester. Base Curricular Comum: Afinal, o que ensinar de história? 2015. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/base-curricular-comum-o-que-ensinar-de-historia/>> Acesso em 06 de fevereiro de 2018

Estado de São Paulo. Secretaria da Educação. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. São Paulo: SEE, 2010. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

Estado do Espírito Santo. Secretaria da Educação. Guia de implementação/ Currículo Básico Escola Estadual. Secretaria da Educação. Vitória, SEDU, 2009.

Disponível em:
<[http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curr%C3%ADculo/SEDU_Curriculo_Basico_Escola_Estadual_\(FINAL\).pdf](http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curr%C3%ADculo/SEDU_Curriculo_Basico_Escola_Estadual_(FINAL).pdf)> Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

FELIX, Rosana. Ensino de História no Brasil em xeque. Gazeta do Povo, Curitiba-PR, 17 out., 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ensino-de-historia-no-brasil-em-xeque-35nkeucbmgck6v425c5ztkf6p>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2018

GOVERNO DO BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Brasília, 1996. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>> Acesso em: 25 de janeiro de 2018

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga. São Paulo, ed. Contexto, 2013.

GUIMARÃES, Géssica; MORAES, Renata; PINTO, Carlos Eduardo; FELIPPE, Eduardo Ferraz; PINHA, Daniel; SOUSA, Francisco Gouvea; SILVEIRA, Marta. Considerações acerca da Segunda Versão da Base Nacional Comum Curricular – História. ANPUH. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/3574-nota-sobre-a-segunda-versao-da-bncc>> Acesso em: 05 de janeiro de 2018

GUIMARÃES, Guimarães; SEMIS, Lais. 32 respostas sobre a Base Nacional Comum Curricular, 2017. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4784/32-respostas-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>> Acesso em: 19 de janeiro de 2018

MCASKILL, Tracey. Análise da Base Nacional Comum Curricular de História Versão 2. 2016. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/7.2-Histo%CC%81ria_Ana%CC%81lise-da-ACARA.pdf> Acesso em: 01 de fevereiro de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), Base Nacional Comum Curricular, Primeira Versão. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), Base Nacional Comum Curricular, segunda versão revista. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf> > Acesso em: 02 de fevereiro de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), Base Nacional Comum Curricular, Terceira Versão. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78231-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-1&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 20 de janeiro de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Revista Incentiva a leitura da BNCC para qualificar o debate. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53141&catid=211&Itemid=30035> Acesso em: 18 de janeiro de 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO (MEC/SASE). Plano Nacional de Educação. Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 21 de janeiro de 2018

MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAUJO, Cinthia Monteiro; COSTA, Warley. Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X: Faperj, 2014

MORALES, Elisa Vermelho; ALEGRO, Regina Célia. História do Cotidiano e Ensino de História. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/historia_do_cotidiano_e_ensino_de_historia.pdf> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018

MORENO, Jean. A Base Nacional Comum Curricular: o meio e a mensagem no texto preliminar de História, 2015. Disponível em: <<http://www.coletiva.org/index.php/artigo/a-base-nacional-comum-curricular-o-meio-e-a-mensagem-no-texto-preliminar-de-historia/>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2018

PANTELIADES, Daniela. BNCC: Tudo o que você precisa saber sobre a Base Nacional Comum Curricular, 2016. Disponível em: <<http://aprova.com.br/bncc-base-nacional-comum-curricular/>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018

REVISTA EDUCAÇÃO, terceira versão da Base Nacional Comum Curricular trouxe mudanças de última hora. 8 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.revistaeducacao.com.br/terceira-versao-da-base-nacional-comum-curricular-trouxe-mudancas-de-ultima-hora/>> Acesso em: 7 de fevereiro de 2018

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. 2ª ed. 2ª reimpressão. SP, Ed. Contexto, 2009. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/vmsilva/dicionario-conceitos-historicos>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2018

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História, vol. 31, nº 60. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/263/26319122002/>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2018

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar História no Século XXI: Em busca do tempo entendido. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2011

SOUZA, Fabiano Farias de. Leitura Crítica – Base Nacional Comum Curricular Terceira Versão – História. RJ, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/Parecer_10_HI_Fabiano_Farias_de_Souza.pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2018

WHITAKER, Carolina. A Nova História Cultural. 2009. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-nova-historia-cultural/27489/>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2018